



Previdência complementar dos servidores é aprovada na Câmara dos Deputados

Os deputados federais aprovaram nesta semana o Projeto de Lei 1992/2007, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos da União. Agora, a proposta segue para análise do Senado Federal.



Foto: Beto Oliveira

O projeto prevê a limitação das aposentadorias dos servidores públicos federais até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – hoje fixado em R\$ 3.916,20 – como acontece com os trabalhadores da iniciativa privada. Para os servidores que ganham acima desse valor, a complementação das aposentadorias será realizada por meio da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

O governo vai trabalhar para que o Senado Federal mantenha o mesmo texto do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Porém, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, lembra que os senadores têm autonomia para promover as alterações que julgarem necessárias. “É preciso respeitar a vontade dos senadores, mas, diante da urgência, o ideal seria a manutenção do que os deputados já aprovaram, pois se alguma modificação for feita, o projeto terá que retornar à Câmara”, explica o ministro Garibaldi.

Uma das mudanças aprovadas pela Câmara foi a divisão em três do fundo de previdência complementar dos servidores federais - um para cada Poder. “Analisando do ponto de vista econômico-financeiro, melhor seria um fun-

do único, como constava na proposta original do governo. Mas, do ponto de vista político, tese que prevaleceu, melhor mesmo seria criar os três fundos, em respeito à autonomia dos Poderes”, declara o ministro da Previdência.

As alterações não atingirão os atuais servidores ativos e inativos da União e serão válidas apenas para os aprovados em concurso público após a aprovação da lei. O novo regime será válido apenas para os servidores federais, uma vez que Estados, Distrito Federal e Municípios possuem iniciativa privativa de lei com relação à matéria.

Para o secretário de políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz, a criação do Funpresp assegura a sustentabilidade financeira do regime de previdência pública, uma vez que, no curto prazo, deterá o aumento do déficit do sistema previdenciário dos servidores federais – hoje crescente – e no médio prazo garantirá a sua redução.

Só no ano de 2011, o regime de previdência do funcionalismo federal acumulou um déficit orçamentário de R\$ 60 bilhões para custear a aposentadoria de 960 mil servidores. A expectativa de crescimento é de 10% ao ano. O valor é superior ao déficit provocado para custear os 29 milhões de benefícios do regime geral, que no ano passado chegou a R\$ 36 bilhões.

Déficit da previdência dos servidores federais deve ser zerado até 2040

Cálculos dos ministérios da Previdência Social e da Fazenda apontam que a criação da Funpresp permitirá que o déficit do regime próprio de previdência do funcionalismo comece a cair a partir de 2030. Em 2040, esse déficit deverá estar zerado.

Antes de começar a reduzir o déficit, a Funpresp provocará um aumento de R\$ 570 milhões por ano nas despesas do governo. O secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz, explica que, somadas todas as variáveis, na prática, a Fundação poderá desafogar as contas do Tesouro pouco tempo após sua implantação.

"O Brasil paga em torno de R\$ 200 bilhões a título de serviço da dívida. O redesenho do futuro previdenciário brasileiro é um ingrediente fundamental para que se tenha uma queda na taxa de juros. Se essa taxa cair 1%, que segundo economistas seria um percentual razoável, o país economizará em torno de R\$ 2 bilhões ao ano", exemplificou Jaime Mariz.

ENTREVISTA: Secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz

Secretário, a aposta do governo é que, nos próximos anos, a Funpresp torne-se a maior entidade fechada de previdência complementar da América Latina. Como serão administrados esses recursos?

"Esses recursos serão administrados completamente pelos próprios servidores. As leis 108 e 109 asseguram a composição de gestão autônoma dos fundos no modelo dos fundos do Banco do Brasil, da Petrobras e da Caixa Econômica, tornando essa gestão completamente independente do Governo. O Governo vai apenas ditar regras de investimento para que se minimizem os riscos e vai fiscalizar a gestão desses fundos. Procurando através da supervisão baseada em riscos identificar preventivamente quais os investimentos que têm maior risco e preventivamente determinar que tais investimentos de alto risco sejam alterados para que o trabalhador não tenha o seu patrimônio dilapidado ao longo dos 35 anos de capitalização. Então, a gestão é completamente dos servidores. Os próprios servidores que vão gerir e o Governo exercerá um importante papel de disciplinar, supervisionar e fiscalizar a gestão desses fundos".

Por que é tão importante aprovar a Funpresp?

"É importante que, na hora que se vislumbra que, nos próximos quatro anos, 40% da força de trabalho da União terão tempo para se aposentar, é importante que se trate de aprovar esse projeto de lei para que esses servidores adentrem no serviço público federal sob um novo regime, que nem é melhor nem pior do que o atual, é diferente. Ele poderá trazer benefícios maiores para quem contribuir mais tempo. Mas poderá, também, trazer benefícios menores para quem permanecer pouco tempo no serviço público, apenas 10 anos. Mas ele redesenha, apesar dos efeitos serem de médio e longo prazo, os efeitos psicológicos serão no dia seguinte. O Brasil, no dia seguinte à aprovação terminativa desse projeto de lei, terá uma nova avaliação, facilitando e possibilitando, inclusive, a queda de juros do Brasil. Além do mais, ele aumenta a poupança interna brasileira, fazendo com que o Brasil possa dispor de mais recursos para investir nas demandas, nas suas carências de infraestrutura, hospitais, escolas, aeroportos, estradas, etc. Acho que tem duas vertentes a aprovação da Funpresp. O redesenho do futuro previdenciário brasileiro e também o aumento da poupança interna, fazendo com que o Brasil disponha de recursos para resolver suas carências de infraestrutura que estão aí à nossa frente".

